

O Senado da sala do café

A fotografia do grupo de senadores que tomava café, deixando de dar quórum para que, na sessão de quarta-feira, fosse votada a indicação do sr. Pêrsio Arida para o Banco Central espelha a imagem que a classe política tem do Estado: o Estado é propriedade de quem o administra, e portanto o administrador pode fazer o que bem entende com ele. O Banco Central da República Federativa do Brasil não tem presidente? Alguém, de acordo com as normas vigentes, responderá pelo expediente. Donde se poder perguntar com toda a razão: será preciso, então, que haja presidente do Banco Central? O observador cínico iria mais longe: se o Congresso Nacional não vota medidas provisórias no prazo constitucional e o presidente da República as reedita — e elas vigoram como lei e são como tal acatadas pelos cidadãos —, por que deveria haver Congresso? Propositadamente nos referimos ao “observador cínico”, porque não passaria pela cabeça de ninguém eliminar o Congresso da cena político-institucional. Desgraçadamente, porém, ao recusar-se a votar a indicação do presidente e de um diretor do Banco Central, os senadores que negam quórum simplesmente dão a entender que colocam seus problemas pessoais acima dos interesses do Estado. Aliás, não é apenas o sr. Pêrsio Arida que aguarda que haja quórum no Senado; há uma dezena de embaixadores que devem ter seus nomes aprovados para poder ocupar seus

lugares em embaixadas de países de relevo na comunidade internacional e outros de menor importância econômica ou política, mas todos relevantes para as relações internacionais do Brasil. Esse fato, também, não perturba o café dos ilustres cidadãos que têm o poder de paralisar a máquina do Estado e o fazem, gostosamente, para mostrar ao presidente da República que no “é dando que se recebe” não se jogam apenas cargos, mas também impunidades. Esse fato desprestigia o Senado, desnatura as instituições e corrói a moral política. Foram esses cidadãos que tomam café os que puniram Fernando Collor de Mello depois que havia deixado de ser presidente da República, movidos pelo empenho em restabelecer a moralidade pública. Foram esses cidadãos (não nome a nome, mas institucionalmente) que negaram a condenação de um par que a Comissão Parlamentar de Inquérito do Orçamento havia apontado como culpado. São esses cidadãos — entre os quais se inclui agora, como para mostrar que, acima de certas coisas, prevalece o espírito de corpo, um dos mais ferrenhos defensores do ex-presidente Collor de Mello, que tem seus direitos políticos suspensos pela Justiça Eleitoral de seu Estado —, são eles que negam quórum pa-



ra que o Estado funcione. Que querem eles, afinal?

Objetivamente, muito pouco: que se anistie o presidente do Senado, que teve sua candidatura a senador pela Paraíba cassada e seus direitos políticos suspensos por três anos por decisão do Superior Tribunal Eleitoral confirmada pelo Supremo Tribunal Federal. Nada mais que isto: apague-se do rol dos culpados o nome do senador Humberto Lucena e o Senado cuidará dos assuntos do Estado com a seriedade de

que o Brasil merece. A anistia, porém, depende de dois pequenos pormenores: um, que a Câmara dos Deputados (que também não se reúne) vote o projeto de lei de anistia já aprovado pelo Senado; outro, que o presidente da República o sancione. A sanção presidencial é problema menor, pois, se o presidente não vetar e não sancionar, o próprio senador Humberto Lucena, presidente do Senado — ou quem o substituir... — promulgará a lei. A questão é a Câmara dos Deputados — e, como a rusga entre Câmara e Senado vem de longe, os ilustres senhores do café deixam que se saiba que esperam que o Executivo, que tem muito poder, convença suas bancadas na Câmara a aprovar a lei de anistia. Se não... Não!

Não a tudo aquilo em que o Executivo tiver

interesse. Evidentemente, aprovar-se-á a nomeação do presidente do Banco Central e dos embaixadores, pois sempre haverá quem tenha um pouco de lucidez e pense em que, afinal, se o Estado se desmilingüir, o Congresso Nacional desaparecerá. Aprovar-se-ão projetos de interesse do Executivo, mas no ritmo do *Senado da sala do café*, para irritar o Executivo, tornar ainda mais doloroso o problema de coluna do presidente (a influência sistêmica

Negando quórum, os senadores desprestigiam as instituições e corrompem a moral pública

do estado de nervos sobre a coluna vertebral é reconhecida) e mostrar ao Executivo que ele só fará boa figura perante a opinião pública nacional e internacional se o Senado deixar. Não está lá o projeto sobre concessão de serviços públicos? Não está lá o projeto sobre propriedade intelectual? Não está lá a medida provisória que criou o Plano Real?

Os ilustres senhores da sala do café estão abusando da representação que receberam do povo. Abusam porque sabem que são política e juridicamente irresponsáveis pelo que deixam de fazer para o Estado brasileiro. Serão, no entanto, a prosseguir nessa postura, um dia responsabilizados pela História.